



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0011919-15.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito**  
 Documento de Origem: **IP - 378/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Indiciado: **HÉRICA CRISTINA TEIXEIRA**  
 Vítima: **A SEGURANÇA VIÁRIA**

Aos 16 de maio de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente a ré HÉRICA CRISTINA TEIXEIRA, acompanhada de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, duas testemunhas de acusação, uma testemunha de defesa e interrogada a ré. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: HÉRICA CRISTINA TEIXEIRA, qualificada a fls.31, foi denunciada como incurso no artigo 306 da Lei nº 9.503/97, com a nova redação da lei 12.760/12, e artigo 140, §3º, do CP, porque em 18.07.15, por volta de 01h30, na Avenida Comendador Alfredo Maffei, defronte a Javep, Santa Mônica, nesta Comarca, conduziu veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool, por litro de sangue igual ou superior a 6(seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determina dependência. Consta, ainda, que nas mesmas circunstâncias ofendeu a dignidade e injuriou a vítima Raquel de Paula Aguiar, utilizando-se de elementos referentes à raça. **A ação é procedente**. O laudo de fls.14 comprovou que a ré estava embriagada. Os policiais ouvidos na presente audiência narraram os fatos, dizendo que a ré apresentava sinais visíveis de embriaguez, além de dirigir de maneira perigosa, chegando a subir em cima da calçada. A policial Raquel foi ofendida em sua honra na data dos fatos, já que foi chamada de “preta de merda”, além de outras ofensas relacionadas a raça da policial. Na data da lavratura da ocorrência a policial já tinha feito referências as ofensas recebidas relacionadas a sua cor e três meses após os fatos ratificou as ofensas e manifestou interesse em representar. Comprovado, pois, que a ré estava embriagada, dirigindo em via pública, acabando por quase ocasionar acidentes, além de ter ofendido a policial Raquel, requeiro sua condenação nos termos da denúncia, ressaltando-se que a ré é primária. **Dada a palavra à**



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**DEFESA:** MM. Juiz: inicialmente a defensoria entende que o crime de injúria racial não pode ser reconhecida em razão da inexistência da representação dentro do prazo decadencial. A representação, condição de procedibilidade não é revestida de rigor formal, mas deve consistir ainda que de maneira informal, na manifestação de vontade inequívoca no sentido de ver processado o agressor. A policial supostamente ofendida participou da confecção do boletim de ocorrência descrevendo os fatos. Depois, intimada, ouvida pela autoridade policial, voltou a descrever os fatos. A descrição dos fatos não se confunde com a manifestação de vontade em que consiste a representação. O Ministério Público, titular exclusivo da *opinio delicti*, atuando como instituição, entendeu as folhas 22 que não havia representação nos autos, sem a qual não poderia propor a ação penal por injúria racial. As fls.42 a suposta vítima intimada com o fim específico de representar, representou. Porém o crime ocorreu em 18.7.2015, ao passo que a representação, leia-se, a manifestação inequívoca de vontade, só se plasmou nos autos em 17.1.2016, quando já superados os seis meses da decadência. Ainda que a jurisprudência admita a informalidade da representação, não se pode supri-la, tentando salvar a possibilidade da imputação, já que isso desvirtua a natureza da ação penal, tornando-a, conforme o caso, sempre pública incondicionada, o que não é nem de longe a vontade do legislador. Sublinho, mais uma vez, que foi o titular constitucional da *opinio delicti*, que as folhas 22 consignou nos autos o seu entendimento de que o crime é de ação penal pública condicionada e que naquele momento faltava a condição de procedibilidade. O pedido foi expressamente homologado pelo Poder Judiciário que determinou o retorno dos autos à Delpol para a providência requerida pelo parquet (fls.33). Assim, requer-se o reconhecimento da falta de condição de procedibilidade e consequentemente a extinção da punibilidade. Por outro lado, superada essa primeira tese, é preciso apontar a falta de provas que decorre das versões antagônicas apresentadas. Se de um lado o policial confirma a versão da suposta vítima de injúria, de outro, a testemunha de defesa confirma que a ré foi ofendida e xingada, aparecendo horas depois em casa repleta de hematomas indicativos de violência policial. A dinâmica dos relatos também aponta a ocorrência de retorsão imediata, o que retira o caráter ilícito da conduta da ré. Também por essas razões, ela deve ser absolvida da acusação de injúria racial. Quanto ao delito de embriaguez ao volante a ré é confessa e a confissão está em harmonia com a prova o que autoriza o reconhecimento da atenuante. Sendo primária e de bons antecedentes, afastada a injúria, caberá a suspensão condicional do processo, o que fica requerido. Na dosimetria de eventual sanção, requer-se pena mínima, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi dito:** VISTOS. HÉRICA CRISTINA TEIXEIRA, qualificada a fls.31, foi denunciada como incurso no artigo 306 da Lei nº 9.503/97, com a nova redação da lei 12.760/12, e artigo 140, §3º, do CP, porque em 18.07.15, por volta de 01h30, na Avenida Comendador Alfredo Maffei, defronte a Javep, Santa Mônica, nesta Comarca, conduziu veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool, por litro de sangue igual ou superior a 6(seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determina dependência. Consta, ainda, que nas mesmas circunstâncias ofendeu a dignidade e injuriou a vítima Raquel de Paula Aguiar, utilizando-se de



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

elementos referentes à raça. Recebida a denúncia (fls.46), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.62). Nesta audiência foram ouvidas a vítima, duas testemunhas de acusação, uma testemunha de defesa e interrogada a ré. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação da ré, nos termos da denúncia. A defesa pediu reconhecimento da falta de condição de procedibilidade e consequentemente a extinção da punibilidade no tocante ao crime de injúria. Subsidiariamente, a absolvição por falta de provas desse delito. Com relação ao crime de embriaguez ao volante, pediu pena mínima, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **É o relatório. DECIDO.** Sobre a representação: está presente a condição de procedibilidade, não obstante respeitáveis argumentos da Defensoria. Segundo a doutrina, a representação *“não exige rigorismo formal, ou seja, um termo específico que a vítima declare expressamente o desejo de representar contra o autor da infração penal. Basta que das declarações prestadas no inquérito, por exemplo, fique bem claro o seu objetivo de dar início a ação penal, legitimando o Ministério Público a agir”* (Código de Processo Penal comentado, de Guilherme de Souza Nucci, Editora Gen/Forense, 14ª Edição, 2015, pág.120). Na jurisprudência já se decidiu: *“STJ: 1. Copiosa jurisprudência entende que, para ter força de representação, basta o comparecimento da representante a uma unidade policial, ali pedindo providências ao ofensor. 2. Legitimidade do Ministério Público para oferecer denúncia, à vista do comparecimento da mãe da menor, supostamente ofendida, a uma unidade policial militar, quando narrou o ocorrido com sua filha, aguardando fosse tomadas as devidas providências. Sendo tal medida suficiente, não se de falar em representação formal e, menos ainda, em decadência. 3. Recurso improvido”*. (RHC 6.808-MG-DJU, de 13.4.98, p.156). No mesmo sentido: *“RSTJ 127441, RJTJESP 25/523, ambos sobre a suficiência do boletim de ocorrência, como válido para considerar presente a representação”*. Assentado que a representação não exige forma especial, bastando que da manifestação da vítima extraia a intenção de obter um resultado jurídico a partir do crime praticado contra ela praticado, no âmbito penal, vale destacar que, a fls.40, no depoimento prestado em 20.10.15, menos de seis meses após os fatos, ocorrido em 18.7.15, a vítima depôs perante a autoridade policial e especificou a expressão “preta de merda”, dizendo ser ela referente à sua raça, observando que “tais fatos foram registrados no RDO elaborado”. Ora, se a vítima se refere expressamente ao registro da injúria racial, já indicando uma tipificação de delito, ao menos em tese, porque fala ofensa relativa à sua raça, - evidentemente está a autorizar o prosseguimento da ação, porque desta declaração se infere a existência do intuito de obter o resultado jurídico que também decorre do registro da ocorrência a fls.8/10. Naquela ocasião, quando do registro da ocorrência (fls.8/10), ao mencionar a expressão “preto era um bosta”, no documento assinado pela vítima Raquel (fls.10), já se estava a mencionar delito típico que exige representação. Não agiu a vítima como mera policial, mas mencionando fato que dela dependia como pessoa. Dentro da informalidade exigida para a representação, o ato de assinar a ocorrência (fls.10), posteriormente ratificado a fls.40 (dentro do prazo decadencial), já preenchia a condição de procedibilidade, pois é certo que para isso não era necessária forma específica. E não é só. A fls.42 houve novo depoimento da vítima, como se já não bastasse os outros anteriores, onde



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

novamente Raquel menciona as ofensas contra ela praticadas. Irrelevante que este terceiro depoimento tenha sido prestado além do prazo decadencial, pois já estava presente a condição de procedibilidade. Indiferente, para isso, o requerimento de fls.22, solicitando nova manifestação da vítima. Tal manifestação não prejudica a situação consolidada, que desde o início havia, quando a vítima informalmente mencionou a injúria racial, ora assinando o boletim de ocorrência, ora assinando o depoimento de fls.40, tudo dentro do prazo decadencial. A respeito, a denúncia menciona o depoimento de fls.40, como o determinante da representação. Ainda deve ser considerado que o fato de a portaria de instauração (fls.6) mencionar a existência de possível crime de desacato e resistência, não pode prejudicar a vítima de injúria racial, por ser esse o delito que ao final se vislumbrou. Justamente por isso é que a representação é informal. Tivesse o delegado, de plano, vislumbrado o crime de ação condicionada, haveria colhido formalmente a representação. Mas não sendo assim o que vale é a manifestação informal, quando a vítima se pronuncia sobre a existência do crime racial, condicionado a representação. E assina o boletim de ocorrência, destaca-se. É o bastante para considerar válida e existente a representação. O depoimento de fls. 42 é mera ratificação dos atos anteriores da vítima e não manifestação extemporânea de representação. Somente foi lavrado nesses termos a pedido específico do Ministério Público, mas isso não invalida as manifestações anteriores, tão somente ratificadas pelo depoimento de fls.42. Ratificar é afirmar aquilo que já estava feito. E feito dentro do prazo decadencial. No mérito, a prova oral confirma os dois delitos. O laudo de fls.14 confirma a embriaguez e a prova oral o reforça. A ré dirigia anormalmente pela via pública, na contramão e embriagada. Apresentava sinais de embriaguez, segundo os policiais hoje ouvidos. Praticou, assim, o crime do artigo 306 do CTB, pelo qual é até confessa. Quanto ao crime de injúria racial, também os policiais os confirmaram, esclarecendo que ele foi praticado nas dependências do pronto socorro, ali foi dito a expressão “preta de merda”. Não era caso de retorsão imediata, pois não se comprovou que a vítima fosse também ofendida naquele momento. Ela sequer se recordou se foi xingada pela polícia (última linha do interrogatório). A testemunha de defesa não estava presente no hospital e não pode comprovar a alegada retorsão imediata naquele momento. Embora se dissesse agredida, não está claro se assim ocorreu por iniciativa dos policiais, que afirmaram apenas ter usado força moderada para a abordagem, em razão da resistência. Não há laudo que comprove a mencionada agressão e a relação entre hematomas vistos por Sheila (testemunha de defesa) e a ação dos policiais. A expressão “preta de merda” configura também o crime de injúria racial, que dever ser reconhecido em concurso material. A ré é primária e de bons antecedentes. Ante o exposto, **julgo PROCEDENTE** a ação e **condeno** HÉRICA CRISTINA TEIXEIRA como incurso no artigo 306, *caput*, da lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e artigo 140, §3º, do Código Penal, c.c. artigo 69 do Código Penal. Passo a dosar as penas. **a) Para o crime de embriaguez ao volante:** Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 06 (seis) meses de detenção, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto, nos termos do artigo 33, e parágrafos do CP, mais 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, e proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículos, por 02 (dois)




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

meses, já considerada a atenuante da confissão, que não pode reduzir a pena abaixo do mínimo. **b) Para o crime de injúria racial:** Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão, a ser cumprido inicialmente em regime aberto, nos termos do artigo 33, e parágrafos do CP, mais 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal. **c) Concurso material:** Somadas as penas, perfaz-se a **pena definitiva de 01 (um) ano de reclusão e 06 (seis) meses de detenção, mais 20 (vinte) dias-multa, no mínimo legal, e proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículos, por 02 (dois) meses.** A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime aberto. Presentes os requisitos legais, **substituo** a pena privativa de liberdade por **uma de prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor da vítima Raquel e b) uma de multa, no valor de 10 (dez) dias-multa,** no mínimo legal. Diante da pena concretamente aplicada, a ré poderá apelar em liberdade. Transitada em julgado, oficie-se à Ciretran para registro da pena de proibição de obter de permissão ou habilitação para dirigir, por 02 (dois) meses. Não há custas nessa fase, por ser a ré beneficiária da justiça gratuita e defendida pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré: